

## ESP-COORDENADORIA DE ESPORTES E LAZER

## Edital 13/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
13/2025	410103-ESP-COORDENADORIA DE ESPORTES E LAZER	LUANA XAVIER DAS NEVES CONCEICAO	24/10/2025 17:49 (v 0.4)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	17/2025	016.00006887/2025-18

## Resumo da Contratação

PREGÃO  
ELETRÔNICO  
90009/2025

CONTRATANTE (UASG)  
410103

## OBJETO

Locação de ônibus, sob o regime de fretamento eventual, destinados ao transporte de alunos, professores, delegações e equipes de apoio das delegacias regionais e respectivas inspetorias regionais aos eventos de futebol, pró natação e pró atletismo do calendário 2025 da Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

## VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 6.345.791,00

## DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 10/11/2025 às 9:30h (horário de Brasília)

## Critério de Julgamento

MENOR PREÇO GLOBAL POR LOTE

## Modo de disputa

ABERTO

## PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

# 1. Do objeto

## SECRETARIA DE ESPORTES

### PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90009/2025

(Processo Administrativo nº016.00006887/2025-18)

Torna-se público que a Secretaria de Esportes, por meio do setor de Compras, sediado na Praça Antônio Prado, 09, Centro - SP, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73, de 30 de setembro de 2022, e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subseqüentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1.1. O objeto da presente licitação é Locação de ônibus, sob o regime de fretamento eventual, destinados ao transporte de alunos, professores, delegações e equipes de apoio das delegacias regionais e respectivas inspetorias regionais aos eventos de futebol, pró natação e pró atletismo do calendário 2025 da Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens/lote, conforme definido no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

## 2. Do registro de preços

2.1. A disciplina deste item 2 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## 3. Da participação na licitação

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que atuarem em atividade compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o 3º (terceiro) dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.1.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na subdivisão anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. A não observância do disposto na subdivisão anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.4. Em relação às regras aplicáveis à presente licitação concernentes a tratamento favorecido para as microempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas, observa-se que:

3.4.1. Considerando o valor estimado dos lote/item objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.5. Não poderão disputar esta licitação:

3.5.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) Anexo(s);

- 3.5.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.5.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários, observado o disposto nos §§ 2º e 4º do art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.5.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- 3.5.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- 3.5.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- 3.5.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
- 3.5.8. agente público do órgão ou entidade licitante;
- 3.5.9. aquele que não tenha representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente.
- 3.6. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- 3.6.1. A vedação de participação de agente público do órgão ou entidade licitante ou contratante de que trata a subdivisão acima estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.
- 3.7. O impedimento decorrente de imposição de sanção de que trata o item 3.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- 3.8. No que concerne aos itens 3.6.2 e 3.6.3, equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- 3.9. Não poderão disputar esta licitação sociedades cooperativas, tendo em vista o disposto no art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, e no art. 5º da Lei nº 12.690, de 2012.
- 3.10. Não poderão disputar esta licitação pessoas jurídicas reunidas em consórcio.

## **4. Da apresentação da proposta e dos documentos de habilitação**

- 4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.
- 4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital), até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- 4.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- 4.3.1. está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus Anexos, bem como que a proposta apresentada compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 4.3.2. não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega

menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal;

4.3.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.3.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, excetuada a hipótese de se verificar uma das exceções dos §§ 1º ao 3º do art. 4º supracitado, conforme especificado nos itens 4.4.1 e 4.4.2 subsequentes.

4.4.1. Não se aplica o tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

4.4.2. Não têm direito ao tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, as microempresas, as empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, nos termos do § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4.3. Na hipótese de se verificar uma das exceções especificadas no item 4.4.1 ou no item 4.4.2, ou de não cumprimento de outro requisito legal para tratamento favorecido, o licitante deverá assinalar o campo “não”, por não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.4.4. Na hipótese de item para participação exclusiva de microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

4.4.5. Na hipótese de itens em que a participação não seja exclusiva para microempresas, empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5. A falsidade da declaração de que tratam os itens 4.3 e 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.10. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

## 5. Do preenchimento da proposta

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. Valor unitário do lote e valor total do Lote ;

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.



- 5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 5.5. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver determinação legal de retenção de tributo, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais que sejam estabelecidos na legislação vigente.
- 5.6. As microempresas e empresas de pequeno porte impedidas de optar pelo Simples Nacional, ante as vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderão aplicar os benefícios decorrentes desse regime tributário diferenciado em sua proposta, devendo elaborá-la de acordo com as normas aplicáveis às demais pessoas jurídicas.
- 5.6.1. Quando for o caso, e se vier a ser contratado, o licitante na situação descrita na subdivisão acima deverá requerer ao órgão fazendário competente a sua exclusão do Simples Nacional até o último dia útil do mês subsequente àquele em que ocorrida a situação de vedação, nos termos do art. 30, caput, inc. II, e § 1º, inc. II, da Lei Complementar nº 123, de 2006, apresentando à Administração a comprovação da exclusão ou o seu respectivo protocolo.
- 5.6.2. Se o Contratado não realizar espontaneamente o requerimento de que trata a subdivisão acima, caberá ao ente público contratante comunicar o fato ao órgão fazendário competente, solicitando que o Contratado seja excluído de ofício do Simples Nacional, nos termos do art. 29, inc. I, da Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 5.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe a documentação que integra este Edital, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de utilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
- 5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.
- 5.9. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.
- 5.10. O descumprimento das regras supramencionadas por parte do Contratado pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas competente e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inc. IX, da Constituição Federal, e do art. 33, inc. X, da Constituição do Estado de São Paulo; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e do Contratado ao pagamento de indenização pelos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

## **6. Da abertura da sessão, classificação das propostas e formulação de lances**

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas neste Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior (conforme o critério de julgamento definido no início deste Edital) ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,50% (meio por cento).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado, definido no início deste Edital.

6.11. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, segundo o qual os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata a subdivisão acima, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nas subdivisões anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto na subdivisão acima, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Após o término dos prazos estabelecidos nas subdivisões anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.15. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas 24 (vinte e quatro) horas da comunicação do fato pelo pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado (se adotado esse modo de disputa no início deste Edital e no item 6.11).

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, os critérios de desempate serão aqueles previstos no caput do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021, conforme regulamento;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, nos termos do § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado de São Paulo;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.18.3. Caso persista o empate após obedecido o disposto no caput e no § 1º do art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, o desempate ocorrerá por sorteio, a ser realizado em local, data e horário que serão divulgados por meio de mensagem no sistema, sendo facultada a presença a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese de a proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo (conforme o critério de julgamento estabelecido no início deste Edital) definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do orçamento estimado definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, de documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante antes de findo o prazo, ou de ofício, a critério do pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio da documentação exigida.

6.20. Após a negociação do preço, o pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 7. Da fase de julgamento

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, na legislação correlata, e no item 3.6 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. Sicaf;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - Ceis, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);

7.1.4. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));

7.1.5. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>); e

7.1.6. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

7.2. Em relação a pessoa jurídica licitante, a consulta ao cadastro CNCIAI será realizada também quanto a seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 1º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 29, § 2º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será considerado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Caso atendidas as condições de participação, prosseguirá a análise da fase de julgamento da proposta classificada em primeiro lugar.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido a microempresas e empresas de pequeno porte, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3.5 e 4.4 deste Edital.

7.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus Anexos.

7.6.1. Se a proposta vencedora for desclassificada, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, e,

assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.2. Encerrada a fase de julgamento, caso se verifique a conformidade da proposta de que trata o item 7.6, o pregoeiro passará à verificação da documentação de habilitação do licitante conforme disposições do item 8.

7.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

- 7.7.1. conter vícios insanáveis;
- 7.7.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital ou em seus Anexos;
- 7.7.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado definido para a contratação;
- 7.7.4. não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- 7.7.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus Anexos, desde que insanável.

7.8. Serão considerados indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata a subdivisão acima, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

- 7.8.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
- 7.8.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que o licitante comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Considerando que o custo global estimado do objeto licitado é decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha elaborada pela Administração conforme documentação anexada a este Edital, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

7.11.1. O ajuste de que trata a subdivisão acima se limita ao saneamento de erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.12. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante ou da área especializada no objeto.

## 8. Da fase da habilitação

8.1. Os documentos que serão exigidos para fins de habilitação estão especificados no Anexo I deste Edital, consistindo na documentação necessária e suficiente para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no SicaF.

8.1.2. Nesta licitação, não haverá exigência de que o licitante ateste, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do objeto, ou que tem conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.1.3. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

8.2. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou por cópia.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133, de 2021.

8.4. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133, de 2021).

8.5. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.6. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.7. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, quanto aos documentos por ele abrangidos.

8.7.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 4º, § 1º, e art. 6º, § 4º, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, caput, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.8.1. A não observância do disposto na subdivisão acima poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 2018, art. 7º, parágrafo único, c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

8.9. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.9.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro.

8.10. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.10.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal especificados na documentação que integra este Edital como Anexo somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

8.11. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei nº 14.133, de 2021, art. 64):

8.11.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.11.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

8.12. Na análise dos documentos de habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.13. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observado o prazo definido no item 8.9.1.

8.14. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata a subdivisão anterior.

8.15. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, das empresas de pequeno porte que atendam ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, exceto na hipótese em que o objeto tenha valor estimado superior ao limite estabelecido nos §§ 1º e 3º do art. 4º da Lei nº 14.133, de 2021, conforme seja especificado, quando houver, em subdivisão do item 3.5.

8.15.1. Havendo alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, o licitante habilitado nas condições da subdivisão acima deverá comprovar sua regularização sob pena de decadência, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, mediante a apresentação das competentes certidões negativas de débitos, ou positivas com efeito de negativa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir do momento em que o licitante for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da Administração.

8.16. A disciplina da adjudicação e da homologação encontra-se no item 14 deste Edital.

## **9. Da ata de registro de preços**

9.1. A disciplina deste item 9 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **10. Da formação do cadastro de reserva**

10.1. A disciplina deste item 10 não se aplica no presente procedimento, por não se tratar de licitação para registro de preços.

## **11. Dos recursos**

11.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

11.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

11.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

11.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

11.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados pelo meio eletrônico [pregao@selj.sp.gov.br](mailto:pregao@selj.sp.gov.br).

## **12. Das infrações administrativas e sanções**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante ou Contratado que, com dolo ou culpa:

12.1.1. der causa à inexecução parcial do contrato;

12.1.2. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. der causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame, inclusive não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame;

12.1.5. salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta, em especial quando:

12.1.5.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.5.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.5.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando

convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.6.1. recusar-se, sem justificativa, a formalizar a no prazo e condições estabelecidos pela Administração;

12.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

12.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

12.1.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.10.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.10.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.12. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

12.2. Com fundamento na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, após regular processo administrativo, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes, adjudicatários e/ou Contratado as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. advertência;

12.2.2. multa;

12.2.3. impedimento de licitar e contratar; e

12.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. A sanção de multa será aplicada após regular processo administrativo, e calculada com observância dos seguintes parâmetros:

(1) Multa Moratória de 01% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

(2) Multa Moratória de 0,50% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 20% (vinte por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

a. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do caput do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021;

(3) Multa Compensatória, para as infrações descritas nos itens 12.1.8 a 12.1.12, de 0,50% a 20% do valor do Contrato;

(4) Multa Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista no item 12.1.3, de 0,50% a 20% do valor do Contrato;

(5) Para infrações descritas no item 12.1.2, a multa será de 0,50% a 20% do valor do Contrato;

(6) Para infrações descritas nos itens 12.1.4 a 12.1.6, a multa será de 0,50% a 20% do valor do Contrato;

(7) Para infrações descritas no item 12.1.7, a multa será de 0,50% a 20% do valor do Contrato;

(8) Para infrações descritas no item 12.1.1, a multa será de 0,50% a 20% do valor do Contrato.

12.4.1. A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Edital, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade de multa, garantido o exercício de prévia e ampla defesa.

12.6. Antes da aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de advertência será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência da infração administrativa relacionada no item 12.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

12.8. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

12.9. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada, após regular processo administrativo, ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 12.1.8, 12.1.9, 12.1.10, 12.1.11 e 12.1.12, bem como das infrações administrativas previstas nos itens 12.1.2, 12.1.3, 12.1.4, 12.1.5, 12.1.6 e 12.1.7 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja extensão e duração observará o disposto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.10. A recusa injustificada do adjudicatário em formalizar a contratação no prazo e condições estabelecidos pela Administração, descrita no item 12.1.6.1, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas (art. 90, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. A apuração de responsabilidade relacionada às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta nos termos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante, o adjudicatário ou o Contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.12. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.13. Da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 166 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.14. Da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, caberá pedido de reconsideração no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, observando-se o disposto no art. 167 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.15. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.16. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública.

12.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra o Edital, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.18. Os atos previstos como infrações administrativas na lei de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

12.19. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, nos termos do art. 160 do referido diploma legal.

12.20. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo federal (art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

.



## 13. Da impugnação do edital e do pedido de esclarecimento

13.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar a impugnação ou o pedido de esclarecimento até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

13.2. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: **pregao@selj.sp.gov.br**.

13.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

13.3.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional, e, caso ocorra, será motivada nos autos do processo de licitação.

13.4. A decisão da impugnação ou a resposta ao pedido de esclarecimento serão divulgadas em sítio eletrônico oficial conforme especificado na subdivisão subsequente, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

13.4.1. As decisões das impugnações e as respostas aos pedidos de esclarecimento serão juntadas aos autos do processo licitatório, ficarão disponíveis para consulta por qualquer interessado, e serão publicadas no sistema e nos sítios eletrônicos na Internet **<https://compras.sp.gov.br/>** e **[https://www.esportes.sp.gov.br/sec\\_esportes/transparencia/Municipios\\_e\\_Entidades/edital\\_licita%C3%A7%C3%A3o](https://www.esportes.sp.gov.br/sec_esportes/transparencia/Municipios_e_Entidades/edital_licita%C3%A7%C3%A3o)**, sem informar a identidade do responsável pela impugnação ou pelo pedido de esclarecimento.

13.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não comprometer a formulação das propostas.

13.6. A ausência de impugnação implicará na aceitação tácita, pelo licitante, das condições previstas neste Edital e em seus Anexos.

13.7. A ausência de pedido de esclarecimento implicará na presunção de que os interessados não tiveram dúvidas a respeito da presente licitação, razão pela qual não serão admitidos questionamentos extemporâneos.

## 14. Das disposições gerais

14.1. Exaurida a fase recursal, será observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.1.1. Constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade superior adjudicará o objeto da licitação ao licitante vencedor e homologará o procedimento licitatório.

14.2. A disciplina da formalização da contratação observará o disposto nas subdivisões deste item 14.2.

14.2.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, sua formalização ocorrerá mediante a assinatura de Termo de Contrato, cuja minuta integra este Edital como Anexo.

14.2.1.1. Se, por ocasião da formalização da contratação, algum dos documentos apresentados pelo adjudicatário para fins de comprovação das condições de habilitação estiver com o prazo de validade expirado, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações e certificará a regularidade nos autos do processo, anexando a ele os documentos comprobatórios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

14.2.1.2. Se não for possível atualizar os documentos referidos na subdivisão acima por meio eletrônico hábil de informações, o adjudicatário será notificado para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade mediante a apresentação das certidões respectivas com prazos de validade em plena vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

14.2.1.3. Constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do adjudicatário no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do art. 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

14.2.1.4. Com a finalidade de verificar se o licitante mantém as condições de participação no certame, serão novamente consultados, previamente à celebração da contratação, os cadastros especificados no item 7.1 deste Edital.

14.2.1.5. Constitui(em), igualmente, condição(ões) para a celebração da contratação:

14.2.1.5.1. a apresentação do(s) documento(s) que deva(m) ser exibido(s) pelo adjudicatário

anteriormente ou por ocasião da celebração da contratação, caso exigida em disposição(ões) ou declaração(ões) específica(s) que esteja(m) prevista(s) neste instrumento ou na documentação que o integra como Anexo;

14.2.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decadência do direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.2.1. O contrato será assinado com a utilização de meio eletrônico, nos termos da legislação aplicável.

14.2.2.2. O prazo para assinatura previsto na subdivisão anterior poderá ser prorrogado por igual período, por solicitação justificada do interessado e aceita pela Administração.

14.2.2.3. Será considerado celebrado o contrato, em caso de assinaturas por meio eletrônico em datas diferentes, na data da última assinatura eletrônica das partes do termo contratual.

14.2.3. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar manter as condições de habilitação e preencher as condições de contratação consignadas neste Edital, ou não assinar o contrato, ou recusar a contratação, a Administração, sem prejuízo da apuração do cabimento de aplicação de sanções e das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar os licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato em conformidade com o procedimento e as condições estabelecidas no art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2.4. Será facultada à Administração a convocação dos demais licitantes classificados para a contratação de remanescente em consequência de rescisão de contrato celebrado com fundamento nesta licitação, observados os critérios estabelecidos no § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.3. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

14.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o 1º (primeiro) dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo pregoeiro.

14.5. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

14.6. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

14.7. As normas disciplinadoras da licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse público, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

14.8. Os casos omissos serão solucionados pelo pregoeiro.

14.9. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

14.10. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

14.11. No julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

14.11.1. As falhas passíveis de saneamento na documentação apresentada pelo licitante são aquelas cujo conteúdo retrate situação fática ou jurídica já existente na data da abertura da sessão pública deste Pregão.

14.11.2. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público, nos termos do inc. III do art. 12 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.12. Caso seja vencedor da licitação, o licitante a ser contratado estará sujeito à assinatura de Termo de Ciência e de Notificação, quando prevista a sua apresentação em ato normativo editado pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, conforme a disciplina aplicável.

14.13. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico <https://www.esportes.sp.gov.br/>.

14.14. Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo.

14.15. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes Anexos:

14.15.1. ANEXO I - Termo de Referência;

14.15.1.1. Anexo I.1 – Estudo Técnico Preliminar;

14.15.2. ANEXO II – Minuta de Termo de Contrato;

14.15.3. ANEXO III – Modelos referente a planilha de proposta;

- 14.15.4. ANEXO IV – Modelo de Declaração;
- 14.15.5. ANEXO V – Avaliação de Execução de Serviços

São Paulo, 24 de outubro de 2025

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

**DEBORA FELLAO ALMEIDA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 24/10/2025 às 17:49:57.*

**LUANA XAVIER DAS NEVES CONCEICAO**

Pregoeiro



*Assinou eletronicamente em 24/10/2025 às 17:47:19.*

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I Termo de Referencia 47\_2025.pdf (235.42 KB)
- Anexo II - Anexo I.1 Estudo Tecnico Preliminar 26-2025.pdf (2.09 MB)
- Anexo III - Anexo II Minuta Contrato, Termo e Ciencia e Declaracao TCESP.pdf (3.32 MB)
- Anexo IV - Anexo III Planilha de Proposta.pdf (144.94 KB)
- Anexo V - Anexo IV Modelo de declaracao.pdf (91.92 KB)
- Anexo VI - Anexo V - AVALIACAO DE EXECUCAO DE SERVICOS.pdf (221.37 KB)

## ESP-COORDENADORIA DE ESPORTES E LAZER

## Termo de Referência 47/2025

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
47/2025	410103-ESP-COORDENADORIA DE ESPORTES E LAZER	LEDILSON CIRIACO DA COSTA	24/10/2025 17:20 (v 0.16)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço não-continuado	17/2025	016.00006887/2025-18

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Locação de ônibus, sob o regime de fretamento eventual, destinados ao transporte de alunos, professores, delegações e equipes de apoio das delegacias regionais e respectivas inspetorias regionais aos eventos de futebol, pró natação e pró atletismo do calendário 2025 da Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, de acordo com as subdivisões na forma de itens que compõem este instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER		UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO REFERENCIAL KM	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO Diária	VALOR TOTAL REFERENCIAL POR LOTE
1	Locação de ônibus, sob o regime de fretamento eventual, destinados ao transporte de alunos, professores, delegações e equipes de apoio das delegacias regionais e respectivas inspetorias regionais aos eventos de futebol, pró natação	25089	LOTE 01	KM	35,83	DIÁRIA	3.683,33	2.040.765,00
			LOTE 02		35,50		3.683,33	918.559,00
			LOTE 03		35,83		3.716,67	767.106,67
			LOTE 04		35,83		3.716,67	824.328,33

e pró atletismo do calendário 2024 da secretaria de esportes do estado de São Paulo	LOTE 05	35,50	3.716,67	1.795.032,00
---	------------	-------	----------	--------------

1.2. O Objeto será dividido em 05 LOTES, tendo por critério a localização do município em que haja Diretoria de Esportes.

1.2.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.2.2. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.

1.2.3. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.

1.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.1. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como Prestação de Serviços, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, elaborado nos termos do Decreto estadual nº 68.017, de 11 de outubro de 2023.

1.2. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.3. O prazo de vigência do contrato será até 31/12/2025, contado de sua assinatura, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/21

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação .

1.5. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

2.1 A fundamentação da contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2025], nos termos do Decreto estadual nº 67.689, de 3 de maio de 2023, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 47173729000123-0-000001/2025;

II) Data de publicação no PNCP: [18/06/2024];

III) Id do item no PCA: [8];

IV) Classe/Grupo: [732];

V) Identificador da Futura Contratação: 410103-17/2025.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSID

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1 DOS LOCAIS

#### - FUTEBOL

Categoria sub 11 – Masculino – **AMÉRICO BRASILIENSE**

**MASCULINO** 28/11 a 06/12 , segue abaixo as outras datas

Categoria sub 13 – Masculino – **CAJOBI**

Categoria sub 15 – Masculino – **GENERAL SALGADO**

Categoria sub 14 – Feminino - **PACAEMBU**

Categoria Sub 17 – Feminino – **PACAEMBU**

**MASCULINO: DE 12 a 21 de dezembro**

**FEMININO: DE 12 a 21 de dezembro**

#### - PRÓ ATLETISMO

**SERTÃOZINHO – 05 a 07/12/2025**

#### - PRÓ NATAÇÃO

**SERTÃOZINHO – 05 a 07/12/2025**

### 1. DOS KM'S e DIÁRIAS

REGIOES ADMINISTRATIVAS ÔNIBUS KM PREVISTO / DIARIAS PREVISTAS

#### **LOTE 01**

#### **SANTOS**

Evento	Fase/ Categoria	Local	Km Ida/Volta + transp. interno	diárias
<b>CAMP. ESTADUAL DE FUTEBOL</b>	Sub 11 - Masculino	Américo Brasiliense	830	10
	Sub 13 - Masculino	Cajobi	1104	12
	Sub 15 - Masculino	General Salgado	1348	12
	Sub 14 - Feminino	Pacaembu	1504	12

	Sub 17 - Feminino	Pacaembu	1504	12
<b>PRÓ ATLETISMO</b>	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	932	5
<b>PRÓ NATAÇÃO</b>	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	932	5
<b>TOTAL</b>			<b>8154</b>	<b>68</b>

## **CAPITAL**

<b>Evento</b>	<b>Fase/ Categoria</b>	<b>Local</b>	<b>Km Ida/Volta + transp. interno</b>	<b>diárias</b>
<b>CAMP. ESTADUAL DE FUTEBOL</b>	Sub 11 - Masculino	Américo Brasiliense	678	10
	Sub 13 - Masculino	Cajobi	950	12
	Sub 15 - Masculino	General Salgado	1016	12
	Sub 14 - Feminino	Pacaembu	1336	12
	Sub 17 - Feminino	Pacaembu	1336	12
<b>PRÓ ATLETISMO</b>	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	778	3
<b>PRÓ NATAÇÃO</b>	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	778	3
<b>TOTAL</b>			<b>6872</b>	<b>64</b>



**GRANDE SÃO PAULO**

Evento	Fase/ Categoria	Local	Km Ida/Volta + transp. interno	diárias
<b>CAMP. ESTADUAL DE FUTEBOL</b>	Sub 11 - Masculino	Américo Brasiliense	738	10
	Sub 13 - Masculino	Cajobi	950	12
	Sub 15 - Masculino	General Salgado	1200	12
	Sub 14 - Feminino	Pacaembu	1336	12
	Sub 17 - Feminino	Pacaembu	1336	12
<b>PRÓ ATLETISMO</b>	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	840	3
<b>PRÓ NATAÇÃO</b>	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	840	3
TOTAL			7240	64

**SÃO JOSÉ DOS CAMPOS**

Evento	Fase/ Categoria	Local	Km Ida/Volta + transp. interno	diárias
<b>CAMP. ESTADUAL DE FUTEBOL</b>	Sub 11 - Masculino	Américo Brasiliense	792	10
	Sub 13 - Masculino	Cajobi	1066	12
	Sub 15 - Masculino	General Salgado	1310	12

	Sub 14 - Feminino	Pacaembu	1504	12
	Sub 17 - Feminino	Pacaembu	1504	12
<b>PRÓ ATLETISMO</b>	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	892	3
<b>PRÓ NATAÇÃO</b>	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	892	3
TOTAL			7960	64

#### TOTAL KM'S e DIÁRIAS LOTE 01

DIRETORIAS	KM	DIÁRIAS
SANTOS	8154	68
CAPITAL	6872	64
GRANDE SÃO PAULO	7240	64
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	7960	64

#### LOTE 02

#### SOROCABA

Evento	Fase/ Categoria	Local	Km Ida/Volta + transp. interno	diárias
<b>CAMP. ESTADUAL DE FUTEBOL</b>	Sub 11 - Masculino	Américo Brasiliense	970	8
	Sub 13 - Masculino	Cajobi	1244	8
	Sub 15 - Masculino	General Salgado	1426	8

	Sub 14 - Feminino	Pacaembu	1010	8
	Sub 17 - Feminino	Pacaembu	1010	8
<b>PRÓ ATLETISMO</b>	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	1874	6
<b>PRÓ NATAÇÃO</b>	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	824	3
TOTAL			8358	49

### CAMPINAS

Evento	Fase/ Categoria	Local	Km Ida/Volta + transp. interno	diárias
<b>CAMP. ESTADUAL DE FUTEBOL</b>	Sub 11 - Masculino	Américo Brasiliense	526	10
	Sub 13 - Masculino	Cajobi	852	10
	Sub 15 - Masculino	General Salgado	1010	12
	Sub 14 - Feminino	Pacaembu	1212	12
	Sub 17 - Feminino	Pacaembu	1212	12
<b>PRÓ ATLETISMO</b>	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	594	3
<b>PRÓ NATAÇÃO</b>	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	594	3
TOTAL			6000	62

TOTAL LOTE 02

DIRETORIAS	KM	DIÁRIAS
SOROCABA	8358	49
CAMPINAS	6000	62

LOTE 03

ARAÇATUBA

Evento	Fase/ Categoria	Local	Km Ida/Volta + transp. interno	diárias
CAMP. ESTADUAL DE FUTEBOL	Sub 11 - Masculino	Américo Brasiliense	728	10
	Sub 13 - Masculino	Cajobi	592	10
	Sub 15 - Masculino	General Salgado	258	10
	Sub 14 - Feminino	Pacaembu	378	10
	Sub 17 - Feminino	Pacaembu	378	10
PRÓ ATLETISMO	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	818	3
PRÓ NATAÇÃO	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	818	3
TOTAL			3970	56

PRESIDENTE PRUDENTE

--	--	--	--	--

Evento	Fase/ Categoria	Local	Km Ida/Volta + transp. interno	diárias
<b>CAMP. ESTADUAL DE FUTEBOL</b>	Sub 11 - Masculino	Américo Brasiliense	986	10
	Sub 13 - Masculino	Cajobi	1262	10
	Sub 15 - Masculino	General Salgado	578	10
	Sub 14 - Feminino	Pacaembu	280	10
	Sub 17 - Feminino	Pacaembu	280	10
<b>PRÓ ATLETISMO</b>	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	1010	5
<b>PRÓ NATAÇÃO</b>	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	1010	5
TOTAL			5406	60

TOTAL LOTE 03

DIRETORIAS	KM	DIÁRIAS
PRESIDENTE PRUDENTE	5406	60
ARAÇATUBA	3970	56

**LOTE 04**

**BAURU**

--	--	--	--	--

Evento	Fase/ Categoria	Local	Km Ida/Volta + transp. interno	diárias
<b>CAMP. ESTADUAL DE FUTEBOL</b>	Sub 11 - Masculino	Américo Brasiliense	390	10
	Sub 13 - Masculino	Cajobi	528	10
	Sub 15 - Masculino	General Salgado	640	10
	Sub 14 - Feminino	Pacaembu	680	10
	Sub 17 - Feminino	Pacaembu	680	10
<b>PRÓ ATLETISMO</b>	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	544	3
<b>PRÓ NATAÇÃO</b>	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	544	3
TOTAL			4006	56

## MARÍLIA

Evento	Fase/ Categoria	Local	Km Ida/Volta + transp. interno	diárias
<b>CAMP. ESTADUAL DE FUTEBOL</b>	Sub 11 - Masculino	Américo Brasiliense	850	10
	Sub 13 - Masculino	Cajobi	932	12
	Sub 15 - Masculino	General Salgado	1030	12
	Sub 14 - Feminino	Pacaembu	510	10

	Sub 17 - Feminino	Pacaembu	680	10
<b>PRÓ ATLETISMO</b>	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	1060	5
<b>PRÓ NATAÇÃO</b>	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	1490	5
TOTAL			6552	64

TOTAL LOTE 04

DIRETORIAS	KM	DIÁRIAS
BAURU	4006	56
MARILIA	6552	64

#### **LOTE 05**

#### **ARARAQUARA**

Evento	Fase/ Categoria	Local	Km Ida/Volta + transp. interno	diárias
<b>CAMP. ESTADUAL DE FUTEBOL</b>	Sub 11 - Masculino	Américo Brasiliense	300	10
	Sub 13 - Masculino	Cajobi	500	10
	Sub 15 - Masculino	General Salgado	750	10
	Sub 14 - Feminino	Pacaembu	1100	12
	Sub 17 - Feminino	Pacaembu	1100	12
<b>PRÓ ATLETISMO</b>	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	318	3

<b>PRÓ NATAÇÃO</b>	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	318	3
TOTAL			4386	60

## **BARRETOS**

Evento	Fase/ Categoria	Local	Km Ida/Volta + transp. interno	diárias
<b>CAMP. ESTADUAL DE FUTEBOL</b>	Sub 11 - Masculino	Américo Brasiliense	442	10
	Sub 13 - Masculino	Cajobi	214	10
	Sub 15 - Masculino	General Salgado	512	10
	Sub 14 - Feminino	Pacaembu	840	10
	Sub 17 - Feminino	Pacaembu	840	10
<b>PRÓ ATLETISMO</b>	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	300	3
<b>PRÓ NATAÇÃO</b>	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	300	3
TOTAL			3448	56

## **FRANCA**

Evento	Fase/ Categoria	Local	Km Ida/Volta + transp. interno	diárias



<b>CAMP. ESTADUAL DE FUTEBOL</b>	Sub 11 - Masculino	Américo Brasiliense	434	10
	Sub 13 - Masculino	Cajobi	514	10
	Sub 15 - Masculino	General Salgado	850	10
	Sub 14 - Feminino	Pacaembu	900	12
	Sub 17 - Feminino	Pacaembu	900	12
<b>PRÓ ATLETISMO</b>	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	318	3
<b>PRÓ NATAÇÃO</b>	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	318	3
TOTAL			4234	60

### RIBEIRÃO PRETO

Evento	Fase/ Categoria	Local	Km Ida/Volta + transp. interno	diárias
<b>CAMP. ESTADUAL DE FUTEBOL</b>	Sub 11 - Masculino	Américo Brasiliense	500	10
	Sub 13 - Masculino	Cajobi	530	10
	Sub 15 - Masculino	General Salgado	950	12
	Sub 14 - Feminino	Pacaembu	950	12
	Sub 17 - Feminino	Pacaembu	950	12

<b>PRÓ ATLETISMO</b>	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	330	3
<b>PRÓ NATAÇÃO</b>	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	330	3
TOTAL			4540	62

**SÃO JOSÉ DO RIO PRETO**

Evento	Fase/ Categoria	Local	Km Ida/Volta + transp. interno	diárias
<b>CAMP. ESTADUAL DE FUTEBOL</b>	Sub 11 - Masculino	Américo Brasiliense	480	10
	Sub 13 - Masculino	Cajobi	264	10
	Sub 15 - Masculino	General Salgado	324	10
	Sub 14 - Feminino	Pacaembu	606	10
	Sub 17 - Feminino	Pacaembu	606	10
<b>PRÓ ATLETISMO</b>	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	448	3
<b>PRÓ NATAÇÃO</b>	FINAL ESTADUAL	Sertãozinho	448	3
TOTAL			3176	56

TOTAL LOTE 05

DIRETORIAS	KM	DIÁRIAS

<b>ARARAQUARA</b>	<b>4386</b>	<b>60</b>
<b>BARRETOS</b>	<b>3448</b>	<b>56</b>
<b>FRANCA</b>	<b>4234</b>	<b>60</b>
<b>RIBEIRÃO PRETO</b>	<b>4540</b>	<b>62</b>
<b>SÃO JOSÉ DO RIO PRETO</b>	<b>3176</b>	<b>56</b>

## DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

4.2 Os serviços deverão ser desenvolvidos de forma segura e confortável, para que se possa realizar os eventos de acordo com o Calendário de Eventos.

4.3 Na época da realização de cada evento, o fiscal emitirá relatório contendo:

4.3.1 previsão de viagem de ida, de viagem de volta, de horários de partidas e retornos e itinerários;

4.3.2 Percurso: viagens por dia

4.3.3 Quantidade necessária de ônibus.

4.3.4 Local de saída: podendo ser da Diretorias e Inspetorias Regionais de Esporte e Lazer, ou locais pré-definidos e autorizados pelo Gestor Regional do Contrato, visando sempre minimizar os custos.

4.4 O custo de locação de cada ônibus disponibilizado para execução dos serviços será contado como segue:

4.4.1 Valor fixo (valor de locação do veículo/dia) acrescido do valor variável (distância percorrida x valor unitário contratado do quilômetro rodado).

4.4.1.1. A contratada deverá arcar com as despesas de todos os pedágios.

4.5 Os ônibus deverão circular com a respectiva ordem de serviço emitido pela Contratante.

4.6 No final do transporte do último passageiro o motorista deverá marcar o hodômetro e encaminhar o documento a empresa que deverá encaminhar a medição ao Gestor do contrato para conferir e validar o documento.

4.6.1 Os ônibus deverão circular com a Planilha de Transporte de Atletas.

4.7 O total de quilometragem e de diárias contratado só poderá ser utilizado dentro do prazo da contratação, ou seja, até 31/12/2025. Os pagamentos serão feitos abrangendo exclusivamente os quilômetros rodados e diárias efetivamente utilizadas atestadas pelo gestor do contrato. Uma vez que a quilometragem prevista em Edital é meramente estimativa, não gerando obrigação por parte da CONTRATANTE de contratar os valores estimados em sua totalidade.

4.8 Deverá ser obedecido o limite de quilometragem e permanência, sendo o controle efetuado pelo Gestor do Contrato.

4.9 Caso haja dúvida acerca da quilometragem apontada no relatório de viagem, poderá o gestor solicitar a cópia do disco do tacógrafo, a fim de apurar a distância real percorrida, o que motivará, caso existam desconformidades, descontos ou complementações quando da apuração.

4.10 Para aferição da quilometragem e das diárias, deverá a Contratada preencher, após cada trecho percorrido, o formulário de Avaliação de Execução dos Serviços, Anexo II, que deverá ser ratificado pelo Fiscal do Contrato.

4.11 Em caso de divergência entre o documento enviado pela Contratada e o apurado pelo Fiscal do Contrato, este deverá notificar a Contratada, informando as inconformidades, tendo a Contratada 24 horas para se manifestar.

4.11.1 Em caso de persistência na divergência, o Fiscal deverá informar ao gestor do contrato, para que esse diligencie e decida, justificadamente, sobre a eventual divergência.

4.12 Para efeito de frequência deverá ser disponibilizado veículo de Segunda-feira a Domingo, atendendo à solicitação prévia do Contratante.

4.13 Previsão de diárias e quilometragem estimada dos ônibus: quantitativo conforme quadro acima.

4.14 A prestação de serviço de locação de ônibus para transporte de alunos, professores, sob regime de fretamento eventual, para os locais fixados pela Contratante, envolvem veículos adequados e mão-de-obra capacitada para sua perfeita execução.

4.15 A Contratada somente poderá iniciar os serviços quando autorizados por escrito pela Contratante, pelo Gestor do Contrato, utilizando-se apenas de veículos em perfeito estado de funcionamento, conservação e higiene.

4.16 O horário de apresentação do veículo no local de partida deverá anteceder, no mínimo, 30 minutos ao horário programado.

4.17 Durante toda a execução contratual, os veículos locados na prestação do serviço objeto do presente certame deverá estar de acordo com a regulamentação da ARTESP para o transporte intermunicipal de atletas, com no máximo 15 (quinze) anos da data de sua respectiva fabricação.

4.18 A Contratada deverá observar os locais de embarque e desembarque estabelecidos pela Contratante de acordo com o itinerário estipulado.

4.19 O motorista e o veículo, disponibilizados pela Contratada, deverão estar devidamente habilitados e registrados, respectivamente, pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN.

4.20 O motorista designado pela Contratada deverá assumir, o veículo devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada.

4.21 Os veículos utilizados no serviço de fretamento deverão apresentar:

4.21.1 – Na parte externa:

- a) Cores e desenhos aprovados pelo Departamento de Estradas de Rodagem;
- b) Inscrição visível, na parte traseira, da firma ou razão social da empresa e, nas laterais, o nome fantasia da mesma;
- c) Número de ordem ou prefixo do veículo;
- d) A inscrição, nas laterais do veículo e do número do registro da empresa no Departamento de Estradas de Rodagem, em tamanho e modo indicados pela referida autarquia.

4.21.2 – Na parte interna, perfeitamente visível:

- a) O endereço e telefone da empresa transportadora e do Departamento de Estradas de Rodagem para reclamações;
- b) O Certificado de Registro do Veículo no Departamento de Estradas de Rodagem.
- c) Cartão de identificação da tripulação.
- d) Número de ordem ou prefixo do veículo.

4.22 Os ônibus deverão possuir poltronas reclináveis em tecido, bagageiros amplos, som ambiente, toalete, ar-condicionado e cinto de segurança para passageiros.

4.23 Os itinerários e os horários pré-determinados somente poderão ser alterados de comum acordo com a Contratante e sempre que for necessário, em decorrência de obras e/ou impedimentos temporários e/ou mudanças no sentido de tráfego, e mudança na grade de jogos.

4.24 As especificações dos veículos que irão realizar a prestação deverão:

Envolver veículos adequados e mão-de-obra capacitada para sua perfeita execução. O motorista e o veículo deverão estar devidamente habilitados e registrados, respectivamente, pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DETRAN e DENATRAN. O motorista designado deverá assumir o veículo devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada.

Com no mínimo 44 (quarenta e quatro) lugares, sanitário, bagageiro amplo, ar-condicionado, poltronas reclináveis em tecido e confortáveis, para viagens intermunicipais.

· Considerando o número de ônibus estimado por região e a somatória delas por LOTE, sendo que deverão todos estarem dentro das especificações e condições, assim como estar devidamente registrados na Artesp, para a circulação intermunicipal dos atletas.

#### **4.25. OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

4.26 Para a prestação de serviço locação de ônibus para transporte de atletas, sob regime de fretamento eventual, são responsabilidades/obrigações da Contratada:

4.27 Responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente, observando as prescrições contidas nos Decretos Estaduais nºs 19.835, de 29.10.82, 24.675, de 30.01.86, 29.912 de 12.05.89, 31.105, de 27.12.89 e 32.550, de 07.11.90 e Lei Federal nº 9.503, de 23.09.97 e suas regulamentações, ou quaisquer outros que vierem a substituí-los, alterá-los ou complementá-los.

4.28 Disponibilizar os veículos imediatamente após o recebimento da autorização de início dos serviços, nos locais e horários fixados pela Contratante, informando, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo que a impossibilite de assumir os serviços conforme o estabelecido.

4.29 Manter em serviço, somente profissionais capacitados, portando crachá de identificação individual, do qual deverá constar o nome da Contratada, nº de registro, função e fotografia do empregado portador.

4.30 Executar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo os serviços de funilaria, pintura, troca de pneus, lubrificação, bem como, substituição de peças desgastadas.

a) Manter a regulação dos veículos automotores, preservando as suas características originais para que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente. A constatação de inadimplemento dessas exigências ensejará a substituição imediata desse veículo, sob pena de sanções ou rescisão contratual, sem prejuízo das penalidades constantes da legislação que rege a matéria, normas brasileiras aplicáveis e manuais de proprietários e serviços de veículo.

b) Implementar soluções tecnológicas que permitam melhorias do controle de emissão de gases poluentes na atmosfera.

c) Manter os veículos automotores de modo a coibir a deterioração e a adulteração do sistema de escapamento que possam resultar em níveis de emissão sonora superiores aos dos padrões aceitáveis nos termos da legislação regente, normas brasileiras aplicáveis e recomendação dos manuais de proprietários e serviços do veículo.

d) Os veículos deverão, obrigatoriamente, estar equipados com catalisador ou outro equipamento que o substitua para controle de emissão de gases poluentes na atmosfera.

e) A Contratada deverá, no momento da assinatura do Contrato, apresentar certificado de neutralização de emissões de gases do efeito estufa, comprovando sua neutralização;

4.30 Disponibilizar veículos devidamente abastecidos e equipados com tacógrafos.

4.31 Providenciar a identificação da Contratante, a ser colocada em local visível nos veículos, conforme logotipo a ser fornecido pela mesma.

4.32 Comunicar à Contratante, quando da transferência e/ou retirada e substituição de motoristas dos itinerários ou dos serviços, com antecedência mínima de 01 (uma) hora, sendo certo que a substituição não poderá afetar a prestação dos serviços contratados.

4.33 Observar as normas relativas à segurança da viagem e ao conforto dos passageiros, bem como cumprir a legislação de trânsito e de tráfego rodoviário.

4.34 Comunicar ao Gestor da Contratante, conforme o caso requeira, sobre fatos como obras e/ou impedimentos temporários e mudanças no sentido de tráfego, que impliquem na alteração de itinerários e horários.

4.35 Arcar com as despesas relativas a combustível, troca de óleo, lubrificantes, e demais suprimentos; e lavagem de veículos, pedágio, necessários ao fiel cumprimento do objeto sob o contrato.

4.36 Substituir de imediato e de forma automática, os veículos que atingirem as idades máximas de 15 (quinze) anos além das fixadas nestas Especificações Técnicas, contadas a partir da data de fabricação.

4.37 Realizar manutenção preventiva na periodicidade recomendada pela boa técnica e de acordo com as especificações do fabricante, mantendo os veículos em perfeitas condições de segurança, limpeza e higiene.

4.38 Substituir o veículo, a qualquer tempo, caso se faça necessário, por motivo de abaloamento, reparos mecânicos, má conservação, sem condições de segurança, higiene ou limpeza. A Contratante poderá inspecionar regularmente os veículos e, se constatar alguma irregularidade, notificará a Contratada para troca imediata do veículo,

4.39 A substituição do veículo deverá ser feita em, no máximo, 06 (seis) horas, a partir da solicitação/notificação feita pela Contratante.

4.40 Selecionar e preparar rigorosamente seus empregados que irão prestar os serviços, encaminhando à Contratante os motoristas com funções legalmente registradas em suas carteiras de trabalho, e comprovada

experiência na função.

4.41 Responsabilizar-se pela disciplina de seus empregados durante a jornada de trabalho e comprometer-se que os mesmos manterão o devido respeito e cortesia, no relacionamento com o pessoal da Contratante, observando o controle do regimento do trabalho e descanso dos motoristas, acompanhando e comprovando sua saúde física e mental.

4.42 Não permitir que qualquer motorista se apresente ao serviço com sinais de embriaguez ou sob efeito de substância tóxica.

4.43 Fazer seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, responsabilizando-se, também, pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultantes da execução do contrato.

4.44 Efetuar a substituição do motorista, de imediato, em eventual ausência, não sendo permitida a prorrogação da jornada de trabalho (dobra).

4.45 Manter controle de frequência/pontualidade, de seus empregados.

4.46 Fornecer uniformes e complementos adequados para o desenvolvimento das atividades, submetendo-os previamente à aprovação da Contratante, sem ônus para seus empregados.

4.47 Assegurar que todo o empregado que cometer falta disciplinar qualificada como de natureza grave não deverá ser mantido em serviço.

4.48 Atender, de imediato, as solicitações da Contratante quanto às substituições de empregados não qualificados ou entendidos como inadequados para a prestação dos serviços.

4.49 Assumir todas as despesas decorrentes de danos materiais causados aos veículos ou bens de terceiros, bem como danos pessoais aos seus ocupantes ou a terceiros, de sua responsabilidade.

4.50 Responsabilizar-se civil e criminalmente, pelos danos causados à Contratante ou a terceiros, decorrentes da execução do contrato.

4.51 Responsabilizar-se por quaisquer multas de trânsito, tarifa rodoviária e hidroviária, pedágios, quando for o caso, durante a execução do contrato.

4.52 Disponibilizar veículos e empregados em quantidades necessárias para garantir a prestação dos serviços nos horários contratados, obedecidas às disposições da legislação trabalhista vigente.

4.53 Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições que culminaram em sua habilitação/qualificação na fase da licitação.

4.54 Fazer seguro e manter as apólices vigentes dos seguros do casco, contra terceiros e danos pessoais dos passageiros e de terceiros.

4.55 Manter coberto por apólices os seguros legalmente obrigatórios.

4.56 Não transportar passageiros em pé, salvo para prestação de socorro em caso de acidente ou avaria.

4.57 Prestar os esclarecimentos desejados, bem como, comunicar à Contratante, por meio de líder ou diretamente quaisquer fatos ou anormalidades que porventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos serviços.

4.58 Apresentar à Contratante, quando exigido comprovante de pagamentos de salários, apólices de seguro contra acidente de trabalho e apólices de seguro do casco, contra terceiros e danos pessoais, quitação de suas obrigações trabalhistas e previdenciárias, relativas aos seus empregados que estejam ou tenham estado a serviço da Contratante, por força deste contrato.

4.59 Comprovar, quando solicitado pela Contratante, formação técnica e específica dos motoristas dos veículos, mediante apresentação de habilitação expedida pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DENATRAN e DETRAN.

4.60 Observar as legislações vigentes sobre controle de poluição do meio ambiente, em especial a Lei federal nº 8.723 /93, Resolução CONAMA nº 16/93, Lei Estadual nº 997/76, Decreto Estadual nº 8.468/76 e alterações.

4.61 Manter programa interno de autofiscalização da correta manutenção da frota, quanto a emissão de fumaça preta, especialmente para os veículos movidos a óleo Diesel que integrem a frota utilizada na presente prestação dos serviços, sob pena de rescisão contratual.

4.62 Manter política de boas práticas ambientais na gestão de suprimentos especialmente quanto à aquisição e descarte de pneus, bem como dos resíduos dos processos de manutenção e limpeza dos veículos.

a) Observar as disposições contidas na Resolução CONAMA nº416 de 30/07/2009 quanto à destinação final ambientalmente adequada de pneus.

b) Observar as disposições contidas na Lei Estadual nº14.186, de 15/07/2010 quanto à destinação final das embalagens de óleos lubrificantes.

4.63 Providenciar seguro de responsabilidade civil para transporte de pessoas.

#### OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

4.64 Fornecer os itinerários e horários de partida e chegada.

4.65 Nomear para cada percurso um líder entre os usuários do veículo, a quem caberá representá-la e zelar pela boa

ordem durante todo o percurso.

4.66 Indicar o responsável pela gestão do contrato, a quem os líderes deverão se reportar e a quem competirá à fiscalização dos serviços, a qualquer instante, solicitando à Contratada, sempre que achar conveniente, informações do seu andamento.

4.67 Fornecer, à Contratada, previamente com no mínimo 05(cinco) dias de antecedência, listas com os nomes dos alunos, professores, Delegações e/ou Equipes de Apoio, mantendo-as atualizadas durante todo o evento.

4.68 Efetuar pagamentos de acordo com estabelecido em contrato.

#### **4.69 FISCALIZAÇÃO/CONTROLE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:**

4.69.1 A fiscalização dos serviços pela Contratante não exime, nem diminui a completa responsabilidade da Contratada, por qualquer inobservância ou omissão às cláusulas contratuais.

4.70 A Contratante poderá, a seu critério e a qualquer tempo, realizar vistoria dos veículos programados para execução dos serviços e verificar o cumprimento de Normas preestabelecidas no edital/contrato.

4.71 À Contratante é reservado o direito de solicitar a imediata substituição dos veículos, que não se apresentarem em boas condições de operação ou estiverem em desacordo com as especificações técnicas. As eventuais substituições durante o contrato deverão ser feitas no padrão equivalente ou superior ao estipulado, sem qualquer ônus adicional ao Contratante.

#### **Sustentabilidade**

Os critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto são suficientes para a execução do Objeto, não havendo requisitos adicionais.

Há a necessidade de adoção de verificação quanto ao controle de emissão de poluentes, para que haja impacto ambiental mínimo.

#### **Garantia da contratação**

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 5% do valor do contrato;

No prazo de convocação para formalização da contratação, e anteriormente à celebração da contratação, o fornecedor deverá prestar garantia, podendo optar por uma das seguintes modalidades:

I - Caução em dinheiro. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada mediante depósito bancário em favor do Contratante no Banco do Brasil, em conta que contemple a correção monetária do valor depositado.

II - Caução em títulos da dívida pública. Serão admitidos apenas títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

III - Fiança bancária. Feita a opção pela fiança bancária, no instrumento deverá constar a renúncia expressa do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil. Será admitida fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.

IV - Seguro-garantia. A apólice de seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria. Caso tal cobertura não conste expressamente da apólice, o fornecedor vencedor poderá apresentar declaração firmada pela seguradora emitente afirmando que o seguro-garantia apresentado é suficiente para a cobertura de todos os eventos indicados em conformidade com o item subsequente, observada a legislação que rege a matéria.

V - Título de capitalização. Serão admitidos apenas títulos de capitalização conforme a modalidade instrumento de garantia custeados por pagamento único, com resgate pelo valor total, emitidos com observância da legislação que rege a matéria.

A não prestação da garantia equivale à recusa injustificada de formalização da contratação, caracterizando descumprimento total da obrigação assumida e sujeitando o fornecedor vencedor às sanções previstas nas normas pertinentes.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

#### **Vistoria**

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

*5.1 Início da execução do objeto se dará em até 05 (cinco) dias da assinatura do contrato;*

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o Contratante e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O Contratante poderá convocar representante do Contratado para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a celebração da contratação, o Contratante poderá convocar o representante do Contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o seu preposto, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. O Contratado deverá manter seu preposto no local da execução do objeto durante o período da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto do Contratado, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

### **Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, § 1º e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

6.12. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovará a planilha de medição emitida pelo Contratado (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso III).

6.13. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso IV).

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, art. 117, § 2º).



6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, inciso II).

### **Fiscalização Administrativa**

6.16. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, incisos II e III).

6.17. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, inciso IV).

6.18. Sempre que solicitado pelo Contratante, o Contratado deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.19. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.19.1 fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

6.19.2 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

6.19.3 Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

### **Gestor do Contrato**

6.20. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.21. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.22. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.23. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.24. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.25. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto observará o disposto no item 04 deste Termo Referencial.

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas;

### Do recebimento

7.4 Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(s) fiscal(is) técnico e administrativo, mediante termo(s) detalhado(s), quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, 'a', da Lei nº 14.133, de 2021 e arts. 17, X, e 18, VI, do Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se refere a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 17, X, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 18, VI, Decreto estadual nº 68.220, de 2023).

7.8. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.9. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, que observará até 31/12/2025 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos ao Contratado, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.9.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.9.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021).

7.9.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

7.10. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.11. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.11.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e

a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI);

7.11.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.11.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.11.4. Comunicar ao Contratado para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e

7.11.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao Contratado para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

7.13. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais (art. 7º, I, e §§ 2º e 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 4 de novembro de 2022, c/c o Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.15.1. O prazo de que trata a subdivisão acima será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação nele especificada, no caso de contratação decorrente de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como, caso aplicáveis:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SicaF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SicaF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, tais como proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 3, de 26 de abril de 2018 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023).

7.20. Constatando-se, junto ao SicaF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à extinção contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela extinção do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SicaF.

### **Prazo de pagamento**

7.24. O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, inciso II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (art. 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o art. 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

### **Forma de pagamento**

7.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do Contratado no Banco do Brasil S/A.

7.26.1. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do Contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo Contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do art. 8º da Lei estadual nº 12.799, de 2008.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. O Contratante poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Pregão, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço GLOBAL DO LOTE.

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE.

### **Exigências de habilitação**

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos das seções subsequentes deste item 8, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

### **Habilitação jurídica**

8.4. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial, devendo o estatuto estar adequado à Lei nº 12.690, de 2012; documentos de eleição ou designação dos atuais administradores; e registro perante a entidade estadual da Organização das Cooperativas Brasileiras de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

8.11. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, conforme o caso;

8.12. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.13. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.14. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.15. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.16 Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.17. Caso o fornecedor se considere isento ou imune de tributos relacionados ao objeto contratual, em relação aos quais seja exigida regularidade fiscal neste instrumento, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.18. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.19. Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor);

8.19.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

8.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.20.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.20.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º); e

8.20.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.20.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.20.5. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10 % do valor total estimado da contratação POR LOTE, ou pela soma destes.

8.21. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.18. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021 c/c Decreto estadual nº 67.608, de 2023), ou de sociedade simples;

8.19. Certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, caso se trate de empresário individual ou sociedade empresária;

8.19.1. Caso o fornecedor esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso;

8.20. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.20.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.20.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º); e

8.20.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.20.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do

Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped, quando for o caso, ou outro limite estabelecido pela legislação aplicável.

8.20.5. Caso o licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10 % do valor total estimado da contratação POR LOTE, ou pela soma destes.

8.21. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### **Qualificação Técnica**

8.22. Comprovação de capacidade operacional para execução de serviço similar de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidão(ões) ou atestado(s), fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.22.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de serviço similar, a apresentação e o somatório de diferentes certidões ou atestados de serviços similares ao objeto da licitação que demonstre(m) que a empresa prestou serviços correspondentes a 50% (cinquenta por cento) do objeto da licitação.

8.22.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do licitante.

8.22.3. A comprovação deverá ser feita na proporção da participação do licitante, se apenas em um LOTE ou eventualmente nos 05 LOTES.

8.22.4. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade do(s) atestado(s), apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

### **Outras comprovações**

8.23. Declaração subscrita por representante legal do licitante, atestando que:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117, parágrafo único, da Constituição estadual;
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso;

8.24. Para a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar, para evidenciar a observância do disposto no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021:

8.24.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei nº 5.764, de 1971;

8.24.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.24.3. Regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

8.24.4. Edital de convocação e ata da última assembleia geral, e registro de presença dos cooperados presentes nessa assembleia;

8.24.5. Ata da reunião em que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.24.6. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador

8.24.7. Documentação que seja demonstrativa de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados, caso essa circunstância não esteja evidenciada na documentação a ser apresentada para atendimento aos subitens anteriores.

8.25. A licitante considerada habilitada deverá apresentar, antes da adjudicação, as seguintes comprovações:

Comprovação de registro de mínimo de veículos em nome da empresa licitante, por lote ou pela soma de lotes que a empresa se sagrar vencedora, perante o sistema de Transportes Coletivo Intermunicipal de Passageiros do Estado de São Paulo, modalidade Fretamento na Agência de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, conforme disposto abaixo.

Quantidade de veículos por lote que necessitam de registro em nome da licitante nos Órgãos acima mencionados: LOTE 01 – 10 VEÍCULOS (02 SANTOS; 03 CAPITAL; 03 GRANDE SÃO PAULO e 02 SÃO JOSÉ DOS CAMPOS);

LOTE 02 – 04 VEÍCULOS (02 SOROCABA e 02 CAMPINAS); LOTE 03 – 04 VEÍCULOS (02 PRESIDENTE PRUDENTE e 02 ARAÇATUBA); LOTE 04 – 04 VEÍCULOS (02 BAURU e 02 MARÍLIA); LOTE 05 – 10 VEÍCULOS (02 ARARAQUARA; 02 BARRETOS; 02 FRANCA; 02 RIBEIRÃO PRETO e 02 SÃO JOSÉ DO RIO PRETO).

## **9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

9.1 O valor estimado de cada LOTE foi definido com observância do disposto no Decreto Estadual nº 67.888, de 17 de agosto de 2023.

### **LOTE 01**

O valor estimado total da contratação para o LOTE 01 é de R\$ 2.040.765,00(dois milhões quarenta mil setecentos e sessenta e cinco reais)

### **LOTE 02**

O valor estimado total da contratação para o LOTE 02 é de R\$ 918.559,00(novecentos e dezoito mil quinhentos e cinquenta e nove reais)

### **LOTE 03**

O valor estimado total da contratação para o LOTE 03 é de R\$ 767.106,67(setecentos e sessenta e sete mil cento e seis reais e sessenta e sete centavos)

### **LOTE 04**

O valor estimado total da contratação para o LOTE 04 é de R\$ 824.328,33(oitocentos e vinte e quatro mil trezentos e vinte e oito reais e trinta e três centavos)

### **LOTE 05**

O valor estimado total da contratação para o LOTE 05 é de R\$ 1.795.032,00(um milhão setecentos e noventa e cinco mil e trinta e dois reais)

TOTAL GERAL R\$ 6.345.791,00(seis milhões trezentos e quarenta e cinco mil setecentos e noventa e um reais)

## **10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: [001/410103];

II) Fonte de Recursos: [150010001];

III) Programa de Trabalho: [27.811.4113.5131.0000];

IV) Elemento de Despesa: [3390.33];

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **11. Responsáveis**

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



**LEDILSON CIRIACO DA COSTA**

Coordenador



*Assinou eletronicamente em 24/10/2025 às 16:54:52.*

Despacho: Autorizo Termo de Referência

**DEBORA FELLAO ALMEIDA**

Autoridade competente



*Assinou eletronicamente em 24/10/2025 às 17:20:34.*

## ESP-COORDENADORIA DE ESPORTES E LAZER

**Estudo Técnico Preliminar 26/2025****1. Informações Básicas**

Número do processo: 016.00006887/2025-18

**2. Descrição da necessidade**

2.1 A Secretaria de Esportes promove todos os campeonatos de Futebol, Pró-Atletismo e Pró-Natação, conforme previsto em seu Calendário Esportivo, o qual acompanha o presente Estudo referente ao exercício de 2025.

2.2 Em razão da realização dos campeonatos mencionados, a Secretaria necessita providenciar o deslocamento dos atletas das sedes das DREL's até os locais onde ocorrerão os jogos.

2.3 Os meios de transporte utilizados podem ser rodoviário ou aéreo, a depender da localidade. Historicamente, a opção rodoviária tem se mostrado mais vantajosa tanto sob o aspecto econômico para a Administração quanto em termos de comodidade para os atletas, que, em muitos casos, ficariam obrigados a se deslocar até aeroportos distantes de suas cidades de origem.

2.4 As competições acima relacionadas, de acordo com seus respectivos regulamentos, possuem, em sua fase final, a responsabilidade da Secretaria de Esportes do Estado quanto ao fornecimento de transporte, alojamento e alimentação aos classificados (atletas e um técnico por entidade/município). Para alimentação e alojamento, é celebrado convênio com o município-sede, ao qual esta Secretaria repassa os recursos financeiros necessários. Já o transporte é providenciado diretamente pela Pasta, mediante contratação via processo licitatório, abrangendo todas as competições mencionadas.

**3. Área requisitante**

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Esporte e LAzer	Georgios Stylianos Hatzidakis

**4. Descrição dos Requisitos da Contratação**

4.1. O planejamento referente ao deslocamento dos atletas para os respectivos campeonatos deve contemplar todas as necessidades inerentes ao serviço, observando a indispensável definição de prioridades e assegurando, em todas as fases, o atendimento integral aos requisitos estabelecidos pela Lei Federal nº 14.133, de 2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

4.2. Assim, o planejamento configura-se como um processo de prestação de serviços de natureza simples, consistente no gerenciamento do transporte de pessoas, mediante um conjunto de ações coordenadas que visam garantir o deslocamento de ida e volta, de forma segura e eficiente, dos atletas participantes das competições. Esse processo deve considerar aspectos como prazos, custos, qualidade, segurança, desempenho e demais condicionantes previstas na legislação vigente.

4.3. À luz do exposto, constata-se que a elaboração de um planejamento logístico adequado é fundamental para a eficiência da contratação, especialmente quanto à definição estimada de quilometragem e diárias, à avaliação da

qualidade e da vida útil da frota automotiva empregada, bem como à verificação da experiência e qualificação dos motoristas contratados. Esses fatores são essenciais para assegurar a conformidade legal, a economicidade e a adequada execução do serviço prestado.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. O levantamento de mercado consiste em pesquisar e avaliar as alternativas possíveis de soluções para a demanda em análise, com o objetivo de identificar metodologias, tecnologias e inovações que permitam a escolha da solução mais adequada às necessidades da Administração Pública.

5.2. A pesquisa contemplou aspectos técnicos e econômicos das soluções identificadas, utilizando diferentes fontes, tais como contratações similares realizadas anteriormente por esta Pasta ou por outros órgãos e entidades da Administração Pública que enfrentaram necessidades semelhantes. Também foram realizadas consultas a fornecedores. Nesse sentido, buscou-se ampliar ao máximo o número de fontes consultadas, de modo a assegurar um levantamento de mercado amplo e diversificado.

5.3. Dessa análise, foram identificadas duas formas distintas de execução para serem avaliadas: transporte aéreo e transporte rodoviário, conforme já relatado anteriormente.

5.4. O transporte aéreo mostrou-se inviável tanto sob o aspecto financeiro quanto logístico. Financeiramente, as passagens sofreram aumento expressivo nos últimos anos. Logisticamente, a modalidade não atende às necessidades da Pasta, tendo em vista a inexistência de aeroportos em todos os municípios de origem dos atletas, bem como nos municípios-sede dos jogos.

5.5. Ademais, mesmo nos locais que dispõem de aeroportos, há a necessidade de deslocamentos internos entre os locais de hospedagem dos atletas e os locais de competição, o que demandaria, ainda assim, a contratação de transporte rodoviário complementar.

5.6. O transporte rodoviário, por sua vez, apresenta-se como a alternativa mais eficaz e economicamente viável para atender à demanda ora apresentada, ainda que a malha viária nacional apresente limitações em alguns trechos.

5.7. Definido o modal de transporte, outro aspecto relevante do estudo consistiu na análise do tipo de veículo mais adequado às necessidades identificadas.

5.8. Constatou-se que veículos mais amplos, com maior número de assentos, revelam-se menos onerosos à Administração e, ao mesmo tempo, oferecem maior conforto aos usuários, por possuírem estrutura mais adequada ao deslocamento dos atletas.

5.9. Após o levantamento de mercado, verificou-se que há número significativo de potenciais prestadores de serviços aptos a atender à demanda, o que assegura a ampla concorrência e a efetiva indispensabilidade dos critérios definidos. Ressalte-se que foram identificadas inúmeras empresas, principalmente no Estado de São Paulo, que já executam este tipo de serviço.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A melhor solução, pelas razões até aqui descritas e, pelo princípio da economicidade e ampla concorrência, é a licitação para gerenciamento de transporte rodoviário. Ademais, também se mostrou a solução de maior conforto no deslocamento dos atletas, melhor custo benefício, agilidade na logística, o que beneficia os atletas a serem atendidos e a Administração, que executará serviço de melhor qualidade, com maior economicidade, mais rapidez no recebimento do Objeto e na prestação de contas.

6.2. A contratação de ônibus com, no mínimo 44 (lugares) seguindo as especificações descritas no Termo de Referência, se mostrou o melhor custo benefício à Administração. Possuem maior capacidade, e estrutura para atender a todos os usuários: atletas, delegação e staff.

6.3. Possuem estrutura para refrigeração de líquidos e alimentos, toaletes, ar-condicionado e permitem um conforto maior devido a inclinação das poltronas, no caso de grandes deslocamentos.

6.4. Os veículos deverão adequados e mão-de-obra capacitada para sua perfeita execução. O motorista e o veículo deverão estar devidamente habilitados e registrados, respectivamente, pelos órgãos competentes, segundo as normas e leis de trânsito, regulamentadas pelo DETRAN e DENATRAN.

6.5. O motorista designado deverá assumir o veículo devidamente uniformizado e com aparência pessoal adequada.

6.6. Importante que a empresa esteja inserida na política de neutralização de emissão de gases do efeito estufa, comprovando a neutralização de CO<sub>2</sub>;

6.7. Todos os veículos deverão estar devidamente registrados na Artesp, para a circulação intermunicipal dos atletas.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

7.1. A quilometragem e diárias definidas no presente estudo foram elaboradas pelas Diretorias Regionais contemplando o deslocamento dos locais sede das Seções Regionais de Esporte e Lazer até os locais sede dos Jogos (relacionados no item 7.1.1, além das diárias, que é o período em que as empresas permanecerão com os veículos no local designado. Após levantamento de cada Seção, bem como a definição das SEDES dos jogos, conforme abaixo, especificou-se a seguinte quantidade de quilometragem e diária, conforme distribuição abaixo:

7.1.1. Cidades -sedes:

- **FUTEBOL** (MASCULINO e FEMININO: 12 a 21 de dezembro):

- Categoria sub 11 – Masculino – AMÉRICO BRASILIENSE
- Categoria sub 13 – Masculino – CAJOBI
- Categoria sub 15 – Masculino – GENERAL SALGADO
- Categoria sub 14 – Feminino - PACAEMBU
- Categoria Sub 17 – Feminino – PACAEMBU

- **PRÓ ATLETISMO:** SERTÃOZINHO – 05 a 07/12/2025

- **PRÓ NATAÇÃO:** SERTÃOZINHO – 05 a 07/12/2025

### **LOTE 01**

DIRETORIAS	KM (A)	DIÁRIAS (C)
SANTOS	8154	68
CAPITAL	6872	64
GRANDE SÃO PAULO	7240	64
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	7960	64

### **LOTE 02**

DIRETORIAS	KM (A)	DIÁRIAS (C)
SOROCABA	8358	49
CAMPINAS	6000	62

### **LOTE 03**

DIRETORIAS	KM (A)	DIÁRIAS (C)
PRESIDENTE PRUDENTE	5406	60
ARAÇATUBA	3970	56

### **LOTE 04**

DIRETORIAS	KM (A)	DIÁRIAS (C)
BAURU	4006	56
MARILIA	6552	64

#### **LOTE 05**

DIRETORIAS	KM (A)	DIÁRIAS (C)
ARARAQUARA	4386	60
BARRETOS	3448	56
FRANCA	4234	60
RIBEIRÃO PRETO	4540	62
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	3176	56

7.1.2 Todas as informações referentes à quilometragem e às diárias constantes na grade de preços foram devidamente enviadas pelas Diretorias Regionais de Esporte e Lazer (DREL), conforme os documentos doc. **0078661888** e doc. **0078662135** enviados pelo SEI. Esses dados foram consolidados e **juntados ao processo pelo Coordenador de Políticas Públicas**, garantindo a rastreabilidade e a veracidade das informações utilizadas na composição dos valores estimados por lote.

7.1.3 A inclusão desses documentos no processo assegura que os parâmetros utilizados para estimativa de preços estão fundamentados em dados reais, enviados pelas unidades responsáveis pela execução direta dos serviços, atendendo aos princípios da legalidade, transparência e eficiência previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **8. Estimativa do Valor da Contratação**

**Valor (R\$):** 6.345.791,00

8.1 A pesquisa de preços será realizada em conformidade inciso IV do art. 3º do Decreto Estadual 67.888/2023:

"IV - pesquisa direta com, no mínimo, 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, por meio de ofício ou e-mail, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital;"

8.2. Para 2025, foi realizada pesquisa de preços junto a empresas de mercado, obtendo o seguinte valor de km's, diárias e valor total estimado:

2025 - estimado		
	KM (R\$)	DIÁRIA (R\$)
LOTE 01	35,83	3.683,33
LOTE 02	35,50	3.683,33
LOTE 03	35,83	3.716,67
LOTE 04	35,83	3.716,67
LOTE 05	35,50	3.716,67

O valor total estimado para o serviço em 2025, considerando somente a pesquisa de preços, para os 05 lotes é de **R\$ 6.345.791,00 conforme anexo.**

**LOTE 01**

DIRETORIAS	KM (A)	DIÁRIAS (B)	Valor km médio (R\$) (C)	Valor diária médio (R\$) (D)	VALOR TOTAL ESTIMADO (A) X (C) + (B) X(D)
SANTOS	8154	68	35,83	3683,33	542.787,34
CAPITAL	6872	64	35,83	3683,33	481.980,00
GRANDE SÃO PAULO	7240	64	35,83	3683,33	495.166,67
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	7960	64	35,83	3683,33	520.966,67
VALOR TOTAL LOTE 01					2.040.765,00

**LOTE 02**

DIRETORIAS	KM (A)				
------------	--------	--	--	--	--

**LOTE 03**

		DIÁRIAS (C)	Valor km médio (R\$) (C)	Valor diária médio (R\$) (D)	VALOR TOTAL ESTIMADO (A) X (C) + (B) X(D)
SOROCABA	8358	49	35,50	3.683,33	477.192,33
CAMPINAS	6000	62	35,50	3.683,33	441.366,67
VALOR TOTAL LOTE 02					<b>918.559,00</b>

**LOTE 04**

DIRETORIAS	KM (A)	DIÁRIAS (C)	Valor km médio (R\$) (C)	Valor diária médio (R\$) (D)	VALOR TOTAL ESTIMADO (A) X (C) + (B) X(D)
PRESIDENTE PRUDENTE	5406	60	35,83	3.716,67	416.715,00
ARAÇATUBA	3970	56	35,83	3.716,67	350.391,67
VALOR TOTAL LOTE 03					<b>767.106,67</b>

**LOTE 05**

DIRETORIAS	KM (A)	DIÁRIAS (C)	Valor km médio (R\$) (C)	Valor diária médio (R\$) (D)	VALOR TOTAL ESTIMADO (A) X (C) + (B) X(D)
BAURU	4006	56	35,83	3.716,67	351.681,67
MARILIA	6552	64	35,83	3.716,67	472.646,67
VALOR TOTAL LOTE 04					<b>824.328,33</b>
DIRETORIAS	KM (A)	DIÁRIAS (C)	Valor km médio (R\$) (C)	Valor diária médio (R\$) (D)	VALOR TOTAL ESTIMADO (A) X (C) + (B) X(D)
ARARAQUARA	4386	60	35,50	3.716.67	R\$ 378.703,00
BARRETOS	3448	56	35,50	3.716.67	R\$ 330.537,33
FRANCA	4234	60	35,50	3.716.67	R\$ 373.307,00



RIBEIRÃO PRETO	4540	62	35,50	3.716.67	R\$ 391.603,33
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	3176	56	35,50	3.716.67	R\$ 320.881,33
VALOR TOTAL LOTE 05					<b>1.795.032,00</b>

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. Entendemos que a execução deve ser desmembrada em 05 grupos, cada qual correspondendo a municípios que integram as Seções Regionais. Isso porque há muitas empresas regionais que podem atender a demanda daquele local.

9.2. Concluimos que, mesmo com a divisibilidade em 05 grupos, não haveria perda de escala devido a quantidade significativa de cada grupo.

### 9.3 Nos termos do §1º do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento da contratação deve ser justificado com base em critérios de viabilidade técnica e vantajosidade econômica, como segue abaixo:

A presente contratação foi dividida em **5 lotes regionais**, conforme detalhado neste Estudo Técnico Preliminar, com o objetivo de atender às especificidades logísticas e operacionais de cada diretoria regional. Para demonstrar a vantajosidade econômica, foi elaborada uma **grade de preços** que apresenta:

- Os **valores unitários e totais** por quilômetro rodado e por diária;
- Os **valores totais por lote**, considerando diferentes fornecedores;
- O **valor total consolidado da contratação**, que é de **R\$ 6.345.791,00**.

Essa estrutura permite:

- **Maior competitividade** entre fornecedores locais, o que tende a reduzir os preços ofertados;
- **Redução de custos logísticos**, ao evitar deslocamentos excessivos entre regiões;
- **Melhor controle e fiscalização**, com contratos regionalizados e mais próximos da gestão;
- **Eficiência operacional**, ao adaptar os serviços às demandas específicas de cada diretoria.

Além disso, a análise dos valores por lote demonstra que **não há aumento de custo** decorrente do parcelamento. Ao contrário, os valores estão compatíveis com os praticados no mercado e foram obtidos por meio de pesquisa com fornecedores, conforme exigido pela legislação.

Portanto, o parcelamento em 5 lotes mostra-se **tecnicamente viável e economicamente vantajoso**, atendendo plenamente ao disposto no §1º do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1 Não há contratações correlatas / interdependentes ocorrendo no Estado no presente momento.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Independentemente do local ou modalidade a ser praticada, o esporte deve ser entendido como um fenômeno político-social, para que assim agregue a nas resoluções de questões sociais. Capaz de influir num conjunto de questões culturais de uma sociedade. Rico em relações ativas e dinâmicas, ele é a representação viva das manifestações de ludicidade e criatividade do movimento de um povo. Produz e reproduz a identidade cultural, contribuindo de forma efetiva nos processos de mudança social, formação educacional e de consolidação desta identidade.

11.2. Mas para que isso se torne realidade, se faz importante que o poder público cumpra seu papel social e político, planejando, executando e mantendo os campeonatos inseridos em seu calendário anual, levando sempre em consideração as necessidades da população de determinada região ou cidade onde serão realizados os jogos.

11.3. Para sua consecução, há a necessidade de se oferecer estrutura aos atletas e, dentre elas, está a necessidade de sua locomoção de ida e volta.

11.4. A presente contratação foi prevista no PCA 2025, LDO e LOA.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. A contratação de serviço de locação de ônibus sob o regime de fretamento eventual proporcionará os seguintes benefícios à Administração Pública:

1. **Eficiência logística:** Garantia de transporte adequado e seguro para alunos, professores, delegações e equipes de apoio, viabilizando a participação nos eventos esportivos estaduais conforme o calendário oficial da Secretaria de Esportes.
2. **Redução de custos:** A opção pelo transporte rodoviário, em detrimento do aéreo, representa economia significativa para o Estado, especialmente em regiões onde o acesso a aeroportos é limitado ou inexistente.
3. **Inclusão e equidade:** Ampliação do acesso aos eventos esportivos para participantes de diferentes localidades, promovendo a inclusão social e a democratização do esporte.
4. **Segurança e conforto:** Utilização de veículos regulamentados pela ARTESP, com exigência de manutenção preventiva, equipamentos de segurança e conforto, assegurando a integridade física dos passageiros.

5. **Sustentabilidade ambiental:** A exigência de veículos com controle de emissão de poluentes e certificação de neutralização de gases do efeito estufa contribui para a redução do impacto ambiental da operação.
6. **Cumprimento de políticas públicas:** A contratação está alinhada às diretrizes do Plano Anual de Contratações e aos objetivos estratégicos da Secretaria de Esportes, fortalecendo a política estadual de incentivo ao esporte e lazer.

### 13. Providências a serem Adotadas

13.1 Não há necessidade de adoção de medidas prévias à celebração do contrato, além das medidas previstas na Lei nº 14.133/21.

### 14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. O conceito “Meio Ambiente”, de acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), significa o conjunto de elementos físicos, químicos, biológicos e sociais que podem causar efeitos diretos ou indiretos sobre os seres vivos e as atividades humanas.

14.2. Para a presente contratação, há a necessidade de fiscalização de emissão de poluentes pelos veículos que prestarão o serviço.

14.3. Para minimizar esses impactos, o Termo de Referência estabelece exigências ambientais específicas, tais como:

- Utilização de veículos com até 15 anos de fabricação, em conformidade com a regulamentação da ARTESP.
- Obrigatoriedade de controle de emissão de poluentes e apresentação de certificado de neutralização de emissões de gases do efeito estufa.
- Manutenção preventiva e corretiva da frota, com foco na redução de emissões atmosféricas e sonoras.
- Cumprimento das normas ambientais vigentes, como a Lei Federal nº 8.723/93, Resolução CONAMA nº 416 /2009 e Lei Estadual nº 14.186/2010, relativas à destinação final de pneus e embalagens de óleos lubrificantes.

### 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

#### 15.1. Justificativa da Viabilidade

Visando a necessidade de transporte dos atletas, sendo o transporte rodoviário o melhor meio de realiza-la, opinamos pela viabilidade da contratação dos serviços de gerenciamento de transporte e pelo prosseguimento do processo de formulação de TR e Edital.

### 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.

**ALCIONE SOUZA DA SILVA**

Assessor Técnico II



Assinou eletronicamente em 18/09/2025 às 16:06:04.



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - GRADE DE PREÇOS ÔNIBUS 2025 10.09.2025.pdf (136.61 KB)

**MINUTA DE TERMO DE CONTRATO**

Processo Administrativo nº016.00006887/2025-18

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../....., CELEBRADO  
ENTRE **GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO**, POR  
INTERMÉDIO DA **SECRETARIA DE ESPORTES** E A  
EMPRESA.....

O Estado de São Paulo, por intermédio da SECRETARIA DE ESPORTES, com sede na Praça Antônio Prado, nº 09, Centro Histórico de São Paulo/ SP – CEP: 01010-010, inscrita no CNPJ sob o nº 47.173.729/0002-04, neste ato representada pelo..... (cargo e nome), nomeado(a) pelo(a) [Portaria/.....] nº ....., de ..... de ..... de 20..., publicado(a) no DOE de ..... de ..... de ....., [portador(a) da identificação funcional..... nº ...../inscrito(a) no CPF sob o nº..... (se ausente identificação funcional individualizada)], no uso da competência conferida pela legislação aplicável, doravante denominado(a) CONTRATANTE, e o(a) ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por ..... (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº....., conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente **do Pregão Eletrônico nº .../...**, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subsequentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

**CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de locação de ônibus, sob o regime de fretamento eventual, destinados ao transporte de alunos, professores, delegações e equipes de apoio das delegacias regionais e respectivas inspetorias regionais aos eventos de futebol, pró natação e pró atletismo do calendário 2025 da Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

**LOTE 01**

DIRETORIAS	KM (A)	VL. Unit. KM (B)	VL. Total KM (AxB) R\$	DIÁRIAS (C)	VL. Unit. Diária (D)	VL. Total Diárias (Cx D)	VL. TOTAL GERAL (Total (AxB) + Total (Cx D))
SANTOS	8.154			68			
CAPITAL	6.872			64			
GRANDE SÃO PAULO	7.240			64			
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	7.960			64			

VALOR TOTAL DO (LOTE 01)..... R\$

### LOTE 02

DIRETORIAS	KM (A)	VL. Unit. KM (B)	VL. Total KM (AxB)	DIÁRIAS (C)	VL. Unit. Diária (D)	VL. Total Diárias (CxD)	VL. TOTAL GERAL (Total (AxB) + Total (CxD))
SOROCABA	8.358			49			
CAMPINAS	6.000			62			
VALOR TOTAL DO (LOTE 02)..... R\$							

### LOTE 03

DIRETORIAS	KM (A)	VL. Unit. KM (B)	VL. Total KM (AxB)	DIÁRIAS (C)	VL. Unit. Diária (D)	VL. Total Diárias (CxD)	VL. TOTAL GERAL (Total (AxB) + Total (CxD))
PRESIDENTE PRUDENTE	5.406			60			
ARAÇATUBA	3.970			56			
VALOR TOTAL DO (LOTE 03).....R\$							

### LOTE 04

DIRETORIAS	KM (A)	VL. Unit. KM (B)	VL. Total KM (AxB)	DIÁRIAS (C)	VL. Unit. Diária (D)	VL. Total Diárias (CxD)	VL. TOTAL GERAL (Total (AxB) + Total (CxD))
BAURU	4.006			56			
MARÍLIA	6.552			64			
VALOR TOTAL DO (LOTE 04)..... R\$							

### LOTE 05

DIRETORIAS	KM (A)	VL. Unit. KM (B)	VL. Total KM (AxB)	DIÁRIAS (C)	VL. Unit. Diária (D)	VL. Total Diárias (CxD)	VL. TOTAL GERAL (Total (AxB) + Total (CxD))
ARARAQUARA	4.386			60			
BARRETOS	3.448			56			
FRANCA	4.234			60			
RIBEIRÃO PRETO	4.540			62			
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	3.176			56			
VALOR TOTAL DO (LOTE 05)..... R\$							

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência;
- 1.3.2. O Edital da Licitação;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato será de EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE.

#### **CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. *O prazo de vigência da contratação será até 31/12/2025., contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.1. *O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.*

2.1.2. *Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:*

*2.1.2.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;*

*2.1.2.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.3. *Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.*

#### **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

#### **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. *Não será admitida a subcontratação, cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual.*

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)**

5.1. *O valor total da contratação é de R\$...... (.....)*

5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e



comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. *O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.*

5.4. *Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.*

#### **CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. *Os preços inicialmente ajustados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, que corresponde a \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).*

7.2. *É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA (índice de preços ao consumidor amplo), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.*

7.3. *No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.*

7.4. *No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).*

7.5. *Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).*

7.6. *Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.*

7.7. *Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.*

7.8. *O reajuste será realizado por apostilamento.*

#### **CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de **30 (dias)** para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;

8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

8.1.11. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;*

8.1.12. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#), com suas alterações subsequentes.

8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.

8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO ([art. 92, XIV, XVI e XVII](#))**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;

- 9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;
- 9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;
- 9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;
- 9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);
- 9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;
- 9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- 9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas ([art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;

9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;

9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;

9.2. Em atendimento à [Lei nº 12.846, de 2013](#), e ao [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#), o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.

9.2.1. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a [Lei nº 12.846, de 2013](#), e o [Decreto estadual nº 69.588, de 2025](#).

9.3. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:

9.3.1. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou

funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.2. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da [Lei nº 14.133, de 2021](#);

9.3.3. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.4. O Contratado deverá observar a vedação constante do [Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. *Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO ([art. 92, XII](#))**

11.1. *A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do [art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021](#), na modalidade XXXXXX, no valor de R\$\_\_\_\_\_, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do art. 98 do referido diploma legal.*

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS ([art. 92, XIV](#))**

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));



iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

iv) **Multa:**

*Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.*

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do *caput* do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato ([art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente ([art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei ([art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal ([Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL ([art. 92, XIX](#))**

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos [artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da [Lei nº 14.133, de 2021](#), conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA ([art. 92, VIII](#))**

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

*I. Gestão/Unidade: 001/410103*

*II. Fonte de Recursos: 150010001*

*III. Programa de Trabalho: 27.811.4113.5131.0000*

*IV. Elemento de Despesa: 3390.33*

*V. Plano Interno:*

*VI. Nota de Empenho:*

14.2. *Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.*

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na [Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor](#) – e princípios gerais dos contratos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos [arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da [Lei nº 14.133, de 2021](#), admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da [Lei nº 14.133, de 2021](#)).

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do [art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e ao [art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011](#), c/c art. 22 do [Decreto estadual nº 68.155, de 2023](#).

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)**

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme [art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em *01 (uma) via*, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. **OU** [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.



Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

**ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO (CONTRATOS)**  
**(REDAÇÃO DADA PELA RESOLUÇÃO Nº 11/2021)**

CONTRATANTE: **SECRETARIA DE ESPORTES**

CONTRATADO: >>>>>>>>>>>>>>>>>

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): XX/XXXXXXXXXX

OBJETO: contratação de serviços de locação de ônibus, sob o regime de fretamento eventual, destinados ao transporte de alunos, professores, delegações e equipes de apoio das delegacias regionais e respectivas inspetorias regionais aos eventos de futebol, pró natação e pró atletismo do calendário 2025 da Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

**1. Estamos CIENTES de que:**

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante e interessados estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

## 2 Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer

o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

c)

São Paulo, aos 08 de novembro de 2024.

**AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE**

Nome: **HELENA DOS SANTOS REIS**

Cargo: Secretária de Esportes

CPF: 076.489.968-63

**RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA  
DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:**

Nome

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:**

**Pelo contratante:**

Nome

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**Pela contratada:**

Nome

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:**

Nome

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

**GESTOR(ES) DO CONTRATO:**

Nome

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

---

**DEMAIS RESPONSÁVEIS (\*):**

Tipo de ato sob sua responsabilidade: **LICITAÇÃO**

Nome

Cargo:

CPF:

Assinatura: \_\_\_\_\_

---

(\*) - O Termo de Ciência e Notificação e/ou Cadastro do(s) Responsável (is) deve identificar as pessoas físicas que tenham concorrido para a prática do ato jurídico, na condição de ordenador da despesa; de partes contratantes; de responsáveis por ações de acompanhamento, monitoramento e avaliação; de responsáveis por processos licitatórios; de responsáveis por prestações de contas; de responsáveis com atribuições previstas em atos legais ou administrativos e de interessados relacionados a processos de competência deste Tribunal. Na hipótese de prestações de contas, caso o signatário do parecer conclusivo seja distinto daqueles já arrolados como subscritores do Termo de Ciência e Notificação, será ele objeto de notificação específica. *(inciso acrescido pela Resolução nº 11/2021).*

**CONTRATOS OU ATOS JURÍDICOS ANÁLOGOS  
DECLARAÇÃO DE DOCUMENTOS À DISPOSIÇÃO DO TCE-SP**

**PROCESSO SESP n.º 016.00005905/2025-36**

**CONTRATANTE: SECRETARIA DE ESPORTES DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**C.N.P.J. Nº 47.173.729/0002-04**

**CONTRATADA:**

**C.N.P.J. Nº**

**CONTRATO SESP nº**

**DATA DA ASSINATURA:**

**VIGÊNCIA:**

**OBJETO:** contratação de serviços de locação de ônibus, sob o regime de fretamento eventual, destinados ao transporte de alunos, professores, delegações e equipes de apoio das delegacias regionais e respectivas inspetorias regionais aos eventos de futebol, pró natação e pró atletismo do calendário 2025 da Secretaria de Esportes do Estado de São Paulo.

**VALOR:**

São Paulo, XX de XXXXXXXXXX de XXXX.

Nome:

Cargo:

e-mail:

assinatura: \_\_\_\_\_

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

A proposta do licitante deverá conter:

**Dados do Proponente:**

- Razão Social
- CNPJ
- Endereço completo
- Contatos: Telefone, E-mail, Site se houver

**Orçamento do objeto:** indicação do objeto ofertado, incluindo preço unitário, valor total do item e valor total do lote.

LOTE 01							
DIRETORIAS	QTD KM'S	QTD DIÁRIAS	Valor unit. Km	Valor Total km's	Valor unit Diaria	Valor Total Diárias	VALOR TOTAL LOTE
SANTOS	8154	68					
CAPITAL	6872	64					
GRANDE SÃO PAULO	7240	64					
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS	7960	64					
VALOR TOTAL DO LOTE 01							R\$

**Discriminar os prazos:**

- Prazo de Pagamento
- Prazo de Entrega
- Prazo de Garantia
- Validade da Proposta

**Dados Bancários (Pessoa Jurídica):** Banco do Brasil

....., ..... de ..... de .....

(local) (data)

.....

**Assinatura e Identificação do Representante Legal**

**OBSERVAÇÕES:**

1. Nos valores informados acima deverão estar inclusos, além do lucro, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do Proponente que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto licitado.
2. Os valores ofertados devem ter, no máximo, duas casas decimais. Valores unitários fracionados não serão aceitos.
3. A assinatura digital será aceita, desde que ligada ao CPF do assinante (e-CPF), não ao CNPJ da empresa (e-CNPJ). Precisamos ser capazes de identificar a pessoa responsável pela assinatura do documento, a qual responderá pelas informações prestada.

A proposta do licitante deverá conter:

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

**Dados do Proponente:**

- Razão Social
- CNPJ
- Endereço completo
- Contatos: Telefone, E-mail, Site se houver

**Orçamento do objeto:** indicação do objeto ofertado, incluindo preço unitário, valor total do item e valor total do lote.

LOTE 02							
DIRETORIAS	QTD KM'S	QTD DIÁRIAS	Valor unit. Km	Valor Total km's	Valor unit Diaria	Valor Total Diárias	VALOR TOTAL LOTE
SOROCABA	8358	49					
CAMPINAS	6000	62					
VALOR TOTAL DO LOTE 02							R\$

**Discriminar os prazos:**

- Prazo de Pagamento
- Prazo de Entrega
- Prazo de Garantia
- Validade da Proposta

**Dados Bancários (Pessoa Jurídica):** Banco do Brasil

....., ..... de ..... de .....

(local) (data)

.....

**Assinatura e Identificação do Representante Legal**

**OBSERVAÇÕES:**

1. Nos valores informados acima deverão estar inclusos, além do lucro, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do Proponente que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto licitado.
2. Os valores ofertados devem ter, no máximo, duas casas decimais. Valores unitários fracionados não serão aceitos.
3. A assinatura digital será aceita, desde que ligada ao CPF do assinante (e-CPF), não ao CNPJ da empresa (e-CNPJ). Precisamos ser capazes de identificar a pessoa responsável pela assinatura do documento, a qual responderá pelas informações prestada.

A proposta do licitante deverá conter:

PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

**Dados do Proponente:**

- Razão Social
- CNPJ
- Endereço completo
- Contatos: Telefone, E-mail, Site se houver

**Orçamento do objeto:** indicação do objeto ofertado, incluindo preço unitário, valor total do item e valor total do lote.

LOTE 03							
DIRETORIAS	QTD KM'S	QTD DIÁRIAS	Valor unit. Km	Valor Total km's	Valor unit Diaria	Valor Total Diárias	VALOR TOTAL LOTE
PRESIDENTE PRUDENTE	5406	60					
ARAÇATUBA	3970	56					
VALOR TOTAL DO LOTE 03							R\$

**Discriminar os prazos:**

- Prazo de Pagamento
- Prazo de Entrega
- Prazo de Garantia
- Validade da Proposta

**Dados Bancários (Pessoa Jurídica):** Banco do Brasil

....., ..... de ..... de .....

(local) (data)

.....

**Assinatura e Identificação do Representante Legal**

**OBSERVAÇÕES:**

1. Nos valores informados acima deverão estar inclusos, além do lucro, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do Proponente que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto licitado.
2. Os valores ofertados devem ter, no máximo, duas casas decimais. Valores unitários fracionados não serão aceitos.
3. A assinatura digital será aceita, desde que ligada ao CPF do assinante (e-CPF), não ao CNPJ da empresa (e-CNPJ). Precisamos ser capazes de identificar a pessoa responsável pela assinatura do documento, a qual responderá pelas informações prestada.



PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

A proposta do licitante deverá conter:

**Dados do Proponente:**

- Razão Social
- CNPJ
- Endereço completo
- Contatos: Telefone, E-mail, Site se houver

**Orçamento do objeto:** indicação do objeto ofertado, incluindo preço unitário, valor total do item e valor total do lote.

LOTE 04							
DIRETORIAS	QTD KM'S	QTD DIÁRIAS	Valor unit. Km	Valor Total km's	Valor unit Diaria	Valor Total Diárias	VALOR TOTAL LOTE
BAURU	4006	56					
MARILIA	6552	64					
VALOR TOTAL DO LOTE 04							R\$

**Discriminar os prazos:**

- Prazo de Pagamento
- Prazo de Entrega
- Prazo de Garantia
- Validade da Proposta

**Dados Bancários (Pessoa Jurídica):** Banco do Brasil

..... , ..... de ..... de .....

(local) (data)

.....

**Assinatura e Identificação do Representante Legal**

**OBSERVAÇÕES:**

1. Nos valores informados acima deverão estar inclusos, além do lucro, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do Proponente que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto licitado.
2. Os valores ofertados devem ter, no máximo, duas casas decimais. Valores unitários fracionados não serão aceitos.
3. A assinatura digital será aceita, desde que ligada ao CPF do assinante (e-CPF), não ao CNPJ da empresa (e-CNPJ). Precisamos ser capazes de identificar a pessoa responsável pela assinatura do documento, a qual responderá pelas informações prestada.

## PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

A proposta do licitante deverá conter:

### Dados do Proponente:

- Razão Social
- CNPJ
- Endereço completo
- Contatos: Telefone, E-mail, Site se houver

**Orçamento do objeto:** indicação do objeto ofertado, incluindo preço unitário, valor total do item e valor total do lote.

LOTE 05							
DIRETORIAS	QTD KM'S	QTD DIÁRIAS	Valor unit. Km	Valor Total km's	Valor unit Diaria	Valor Total Diárias	VALOR TOTAL LOTE
ARARAQUARA	4386	60					
BARRETOS	3448	56					
FRANCA	4234	60					
RIBEIRÃO PRETO	4540	62					
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO	3176	56					
VALOR TOTAL DO LOTE 05							R\$

### Discriminar os prazos:

- Prazo de Pagamento
- Prazo de Entrega
- Prazo de Garantia
- Validade da Proposta

**Dados Bancários (Pessoa Jurídica):** Banco do Brasil

....., ..... de ..... de .....

(local) (data)

.....

**Assinatura e Identificação do Representante Legal**

### OBSERVAÇÕES:

1. Nos valores informados acima deverão estar inclusos, além do lucro, todas e quaisquer despesas de responsabilidade do Proponente que, direta ou indiretamente, decorram do fornecimento do objeto licitado.
2. Os valores ofertados devem ter, no máximo, duas casas decimais. Valores unitários fracionados não serão aceitos.
3. A assinatura digital será aceita, desde que ligada ao CPF do assinante (e-CPF), não ao CNPJ da empresa (e-CNPJ). Precisamos ser capazes de identificar a pessoa responsável pela assinatura do documento, a qual responderá pelas informações prestada.

# PAPEL TIMBRADO

## ANEXO IV

### MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO (em papel timbrado do licitante)

Eu, \_\_\_\_\_, portador do CPF nº \_\_\_\_\_, na condição de representante legal de \_\_\_\_\_ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar do Pregão Eletrônico nº ° \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, Processo nº \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

- a) *cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e*
- b) *atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.*

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)

**ANEXO II**

**AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS**

**PROCESSO SESP Nº. 016.00006887/2025-18**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90009/2025 CRITÉRIO: "MENOR PREÇO TOTAL POR LOTE"**

**NOME DA EMPRESA:**

**ORDEM DE SERVIÇO POR VEÍCULO Nº \_\_\_\_\_/2025**

**DREL de \_\_\_\_\_**

**Evento: \_\_\_\_\_**

<b>KM INICIAL DA ORDEM DE SERVIÇO</b>	<b>KM FINAL DA ORDEM DE SERVIÇO</b>
<b>CIDADE:</b> _____	<b>CIDADE:</b> _____
<b>DATA:</b> ____/____/2025	<b>DATA:</b> ____/____/2025
<b>HORÁRIO:</b> _____ HS	<b>HORÁRIO:</b> _____ HS
<b>KM INICIAL:</b> _____	<b>KM FINAL:</b> _____

**RESUMO**

**TOTAL DE KM :** \_\_\_\_\_

**TOTAL DE DIARIAS:** \_\_\_\_\_

**ONIBUS**

**PLACA:** \_\_\_\_\_ **ANO :** \_\_\_\_\_ **Nº REGISTRO NA ARTESP-** \_\_\_\_\_

**NOME DO MOTORISTA:** \_\_\_\_\_

**LOCAL DO EVENTO**

**LOCAL:** \_\_\_\_\_

**Rua:** \_\_\_\_\_

**Município:** \_\_\_\_\_

**DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS QUE O TRANSPORTE ACIMA SOLICITADO FOI EXECUTADO**

Satisfatoriamente (    )

Insatisfatoriamente (    )

Comentários/Observações

\_\_\_\_\_

Assinatura do Motorista

Assinatura do Fiscal do Contrato

Nome: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

RG nº \_\_\_\_\_

RG nº \_\_\_\_\_

ANEXO II.1  
AVALIAÇÃO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS

PROCESSO SESP Nº. 016.00006887/2025-18

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90009/2025 CRITÉRIO: “MENOR PREÇO TOTAL POR LOTE”

NOME DA EMPRESA:

MEDIÇÃO DE SERVIÇO POR VEÍCULO  
DREL DE \_\_\_\_\_

N ° DA ORDEM DE SERVIÇOS POR VEÍCULO	SAÍDA			Km inicial	DESTINO	CHEGADA			Km Final	Total Km	Total Diária	saldo Km	Saldo Diária
	DATA	LOCAL	HORA			DATA	LOCAL	HORA					
TOTAL GERAL UTILIZADO													

Declaro para fins de aprovação dos serviços que os mesmos foram executados satisfatoriamente,  
estando a documentação em ordem para efetivar o pagamento

\_\_\_\_\_, aos \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/2025

**ANEXO II.2**

**PROCESSO SESP Nº. 016.00006887/2025-18**

**MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº.90009/2025**

**CRITÉRIO: "MENOR PREÇO TOTAL POR LOTE"**

**PLANILHA DE TRANSPORTE DE ATLETAS**

DATA: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

LOCAL DO EVENTO: \_\_\_\_\_

	NOME DO ATLETA	Nº RG	TELEFONE	ESCOLA
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				
9				
10				
11				
12				
13				
14				
15				
16				
17				
18				
19				
20				
21				
22				
23				
24				
29				
30				
31				
32				
33				
34				
35				

\_\_\_\_\_  
(Nome e Assinatura do Responsável pelo percurso/ Gestor)